



Anais da Assembléia

Nº 154

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado VALDIR ROSSONI
PDT Deputado WALMOR TRENTINI
PTB Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL Deputado ELIO RUSCH
PSDB Deputado CESAR SILVESTRI
PT Deputado PERICLES H. MELLO
PPB Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cláiton Kietse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Alvanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Venhoni, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Benari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Linc, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offício:

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA
DE INCENTIVOS OFERECIDOS ÀS EMPRESAS
PELOS GOVERNOS ESTADUAIS

OFÍCIO Nº 14/97

Brasília, em 19.09.97.

Senhor Presidente,

Em decorrência do recrudescimento da guerra fiscal entre os Estados, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal criou uma Subcomissão Especial com intuito de examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais.

Para o diagnóstico a ser efetuado, que inclui o levantamento da política de incentivos praticada pelas diferentes unidades da Federação, a Subcomissão aprovou a realização de reuniões regionais, contando com a presença dos Secretários da Fazenda e de Planejamento, do Presidente da Assembléia Legislativa e de Senadores integrantes da Subcomissão, a serem agendadas ainda no corrente mês. Nesta oportunidade gostaríamos de sugerir a data de 06/10/97, às 10:00 horas, no Palácio 19 de Dezembro (Assembléia Legislativa) Curitiba - PR, para a realização dessa reunião, com os representantes da Subcomissão, Senadores Osmar Dias e Vilson Kleinubing.

De modo a que esses encontros possam se desenvolver de forma mais profícua, tomando por base as situações concretas existentes em cada Estado, vimos solicitar a Vossa Excelência sejam compiladas antecipadamente as seguintes informações:

- política de incentivos do Estado;
- legislação estadual em vigor referente à concessão de incentivos à instalação de empresas;
- relação dos programas, acordos e protocolos de in-

centivo em vigor;

- contratos de financiamentos (se houver) com subsídios ou custos diferenciados;
- participação societária nas empresas incentivadas;
- cópias de contratos, protocolos ou convênios;
- outras informações de procedimentos governamentais que tenham estimulado a localização de uma empresa em seu Estado;
- estudos de viabilidade, se realizados, indicando os custos e benefícios dos programas ou acordos de incentivos;

- compromissos assumidos pelas empresas.

Na certeza de contarmos com a valiosa colaboração de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) SENADOR FERNANDO BEZERRA
Presidente da Subcomissão

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2105

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 176/97, de sua autoria que dispõe sobre transporte alternativo.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2098

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2087

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na Ata dos trabalhos, de voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Osvaldo Coldebela, residente em Porto Barreiro.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A família Coldebela que é numerosa na região, perdeu um dos seus membros, que muito a dignificava. Tratava-se de um homem de bem, trabalhador e com grande interesse pelas coisas da comunidade. Infelizmente o falecimento prematuro do Senhor Osvaldo, abriu uma lacuna enorme, que dificilmente será preenchida.

Pessoa bem relacionada, com disposição para viver e em comunidade, era benquisto por todos. Nunca se furtou em colaborar. Participava ativamente das lutas do seu município. E por pertencer a uma família tradicional, que tem presença marcante não só em Porto Barreiro, como também em Laranjeiras do Sul, o seu passamento enlutou toda a região.

Essa Assembléia Legislativa, através deste Parlamento, tem o doloroso dever de se associar à dor de todas as pessoas, que neste momento choram a morte do Senhor Osvaldo Coldebela.

REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário,

REQUER o envio de votos de pesar pelo falecimento da Senhora Santana Guedes Peres, ocorrido no dia 18/09/97, na Cidade de Alvorada do Sul, vítima de câncer, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A falecida foi esposa do Senhor João Carlos Peres, cidadão de intensa participação social e política na comunidade do Município de Alvorada do Sul.

Seu falecimento intempestivo chocou parentes e amigos que a tinham em grande estima.

REQUERIMENTO Nº 2111

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo falecimento do Senhor Jamir Zeferino, ocorrido no dia 18/09/97, na Cidade de Ibiporã, vítima de infarto do miocárdio, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O falecido foi pioneiro da Cidade de Ibiporã e cidadão de intensa participação social e política na comunidade do município.

Seu falecimento intempestivo chocou parentes e amigos que o tinham em grande estima.

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Cooperativa Mista Agro-Pecuária Witmarsum Ltda., alusivos à promoção da XVI EXPOWIT - Exposição de Gado Holandês de Witmarsum, nos dias 19 a 21 de setembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente da Cooperativa, Senhor Sieghard Epp, através de correspondência a ser encaminhada à BR-277 km 154, Colônia Witmarsum, CEP: 84130-000, Município de Palmeira - Paraná.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER voto de congratulação ao Município de Mallet pelos 85 anos de emancipação política.

Outrossim, dê-se ciência do mesmo à Prefeitura Municipal, através do Prefeito e à Câmara Municipal de Mallet, através do Presidente da mesma.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Isabel e José Wiltemberg, que no próximo dia 18 de outubro de 1997 estarão festejando suas Bodas de Diamante (60 anos), de belo casamento. É um casal exemplar, apaixonado, digno de todos os louvores, que na figura de seu único filho, empresário Frederico Wiltemberg, pessoa de grande liderança nos meios classistas, teve netos e bisnetos que consagram este matrimônio!

Uma aliança matrimonial com esta duração, tem que merecer o reconhecimento desta Casa e ser enaltecida por

todos nós.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Farmácia São José que em 12 de setembro de 1997 completou 50 anos de funcionamento. Localizada na vizinha Cidade de Campo Largo, a Farmácia São José transformou-se num marco histórico da cidade, pela excelência dos serviços prestados à comunidade. Sob a direção da família Lamóglia, que goza de invejável prestígio junto à classe empresarial e no meio farmacêutico, o profissionalismo, a perseverança e a qualidade nos serviços prestados no decorrer desta meia década, sempre destacaram e enobreceram este importante estabelecimento comercial campolarguense e paranaense. Nossos sinceros cumprimentos a Odair Lamóglia, Maria Izolda Lamóglia, Alcione David Lamóglia, e a todos os demais familiares que sempre contribuíram para esta importante conquista: Bodas de Prata de competência, profissionalismo, trabalho, perseverança e muita credibilidade e confiança.

Parabéns aos proprietários e a toda a comunidade campolarguense que foi a maior beneficiada com a existência de um estabelecimento comercial desta envergadura. Empresas com este perfil, empresários competentes, profissionais sérios e pessoas com esta conduta e vivência, merecem o aplauso e o registro desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2104

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Delurde e Dante Cavanha que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2110

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de congratulações à Reifor - Acumuladores Reifor Ltda., pela conquista da ISO 9.000.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A empresa Reifor Ltda., Senhor Presidente, figura entre as principais empresas de nosso Estado. Vem atuando de forma inovadora na conquista de novos mercados, valorizando sobretudo, a capacidade empreendedora do empresário norte paranaense.

Desta forma, Senhor Presidente, o presente requerimento, objetiva manifestar o reconhecimento à Reifor - Acumuladores Ltda., pela importante conquista.

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor Nelto Arrelaro, Gerente Regional Sul da Akzo Nobel Ltda. - Divisão Organon, pelo excelente trabalho prestado em prol da sociedade paranaense, principalmente desta Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Nelto Arrelaro, há muitos anos no cargo de Gerente Regional Sul desta conceituada empresa representante divisional da Organon, vem desenvolvendo um trabalho digno e merecedor de aplausos em prol da sociedade paranaense com entregas de medicamentos.

REQUERIMENTO Nº 2115

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor Juarez Lopes Alvares, Gerente Distrital da Sanofi Winthrop - Farmacêutica Ltda., pelos excelentes serviços prestados a comunidade paranaense, principalmente a desta Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Juarez Lopes Alvares, profissional com conhecimentos profundos no ramo de produtos farmacêuticos, vem desenvolvendo um trabalho eficaz em prol dos menos favorecidos no Estado do Paraná que necessitam de medicamentos principalmente os de menos recursos financeiros.

REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Senhora Romilda Conceição de Oliveira Bruder, formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, pós graduada em Psicopedagogia, orientadora educacional do Colégio Estadual Adélia Dionísio Barbosa, pelos relevantes serviços prestados a comunidade estudantil do estabelecimento de ensino que atua e de Maringá.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2090

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhada, por intermédio de uma Comissão devidamente designada e credenciada pela Presidência deste Poder, Mensagem para ser entregue em nome do povo paranaense, à Sua Santidade, o Papa João Paulo II, quando de sua visita ao Brasil, no próximo dia 02 de outubro no Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(aa) ANTONIO ANNIBELLI
ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Sua Santidade, o Papa João Paulo II, chegará ao Brasil no próximo dia 02 de outubro.

O Paraná não poderá ficar alheio a tão honrosa visita. Por esta razão, estamos propondo a constituição de uma Comissão para representar o povo paranaense aclamando e aplaudindo, o sumo Pontífice, entusiasmadamente, com a seguinte Mensagem:

A visita do Santo Padre ao Brasil

É grande a satisfação que sentimos ao participarmos, como representantes da população paranaense, da visita de Sua Santidade, o Papa João Paulo II, ao Brasil.

Honra-nos, sobretudo, a visita que nos faz o Santo Padre a nós ovelhas submissas de seu imenso rebanho. Recebe-lo-emos, pois, como nosso amado Pastor e aqui estaremos para acolher a sua benção paternal.

No Brasil, nos encontraremos para venerar Sua Santidade. Somos e seremos sempre aqueles que Cristo elegeu para lançar os alicerces da sua Igreja. É Sua Santidade o portador não só da palavra divina, mas do exemplo vivo das virtudes cristãs.

A piedade e sua abnegação ecoam sempre entre nós brasileiros. Não nos sendo, portanto, desconhecida a aureola de Santidade que lhe nimba a fonte.

Bem compreendemos quão árduo é o Sacerdócio e de quantos sacrifícios sua vida é semeada. Nosso Senhor, porém que lhe deu o munus divino, proporcionou também a coragem para suportar os percalços inerentes ao ministério apostolar.

Esteja certo Sua Santidade, que, encontrará aqui, um povo crente e ordeiro.

E, nós paranaenses que pertencemos ao imenso rebanho do meigo sábio da Galiléia aqui estaremos, quais ovelhas à espera do Pastor que nos há de guiar através às compinas da vida, para nos levar ao redil celeste, bem como a seguir os seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

Seja pois, bem-vindo ao Brasil, ilustre príncipe da Santa Madre Igreja, na certeza de que se encontrará entre filhos paranaenses que estarão ansiosos para demonstrar a Sua Santidade seu apreço e afetuoso amor filial.

REQUERIMENTO Nº 2088

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Delmo Raul Passoni, Prefeito Municipal de Nova Aurora, congratulando pela passagem de 30 anos de emancipação política do município, dia 25 de setembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência também ao vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, recebam e cumprimentem toda a população de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em 29 de setembro de 1967, desmembrava-se de Cascavel, o Município de Nova Aurora, conhecida em todos os cantos do Estado e do País, por estar entre as terras mais férteis do mundo. Esta fertilidade do solo, próprio para o cultivo do café na época, atraiu muita gente para o município. Hoje, conhecida pela sua produção agrícola.

O topônimo, designação tirada de uma exclamação do Padre Luiz Bernardes, da Paróquia de Corbélia, que no início da década de cinquenta, rezou uma missa campal, em baixo de uma frondosa árvore, na nascente povoação de Nova Aurora. Nesta ocasião, o religioso exaltava a esperança de uma nova vida para aquela comunidade de uma "Nova Aurora" que viria, ao encontro dos anseios da gente pioneira.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelo seu Executivo e Legislativo para bem estruturar aquele município. Mas o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis, depositavam naquele chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Nova Aurora se tornasse um município pujante.

Em todos os setores, constatamos hoje, obras de vital importância para o bem-estar da população de Nova Aurora, o que traduz de forma real e cristalina que seu quadro político teve a ousadia de transformar em realidade os sonhos acalentados nos corações de seus munícipes.

Esta proposição, fará com que o Legislativo paranaense, através deste Parlamentar, presta esta justa homenagem àquele município pela passagem desta tão importante data.

REQUERIMENTO Nº 2093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando a implantação de sistema de esgoto no Município de Teixeira Soares.

A presente solicitação tem como principal objetivo auxiliar na prevenção de doenças.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) TOTI COLACO

REQUERIMENTO Nº 2094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Linsu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a conservação e cascalhamento das estradas rurais do Município de Rebouças pelas quais, trafegam os ônibus escolares, Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

A recuperação de estradas municipais constitui-se em meta prioritária dos municípios paranaenses, bem como do Governo do Estado, através de programa específico denominado de Caminhos da Educação.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) TOTI COLAÇÃO

REQUERIMENTO Nº 2096

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, REQUER, envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e ao Senhor Luiz Masahi Hayakawa, Diretor Mui Digno Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, solicitando providências imediatas para a conclusão da obra de 625 casas do Conjunto Bonilauri, em atenção às reivindicações das Associações de Moradores do Município de Pinhais.

Diante da previsão de chuvas intensas que colocam em risco as famílias que estão residindo nesta área e que precisam resolver com urgência o problema de moradia, e para tanto se faz necessário à ação imediata do Governo do Estado com o objetivo de resolver o problema em pauta.

Requer ainda que seja dado ciência, através de correspondência a ser enviada ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Digníssimo Governador deste Estado e ao Senhor Lubonir Antonio Fichinski Dunim, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e ao Senhor Luiz Masaru Hayakawa, Digníssimo Diretor-Presidente da COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Senhora Mirtes Cabral, moradora à Travessa Argentina nº 65 - Cidade Jardim, a qual solicita providências quanto ao manilhamento das valetas dessa rua. Ocorre que as mesmas são pequenas não dando vazão às águas, subindo pelos ralos e causando alagamentos. Pede ainda a implantação de anti-pó nessa rua, uma vez que a mesma encontra-se intransitável, cheia de pó e quando chove fica re-

pleta de lama. As providências necessitam ser tomadas o mais breve possível a fim de evitar que a situação torne-se mais grave. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 282-5821.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos para a Senhora Gladys de Souza Floriani, vice-Presidente da Casa Latino-Americana (CASLA), pelo recebimento do Prêmio Cidadania Mundial, concedido pela comunidade Bahá'í do Brasil.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Senhora Gladys de Souza Floriani, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam os votos de congratulações e aplausos.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(aa) IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A vice-Presidente da Casa Latino-Americana, Gladys de Souza Floriani, recebeu no dia 16 de setembro deste ano, em cerimônia realizada no Centro de Convenções de Brasília, o Prêmio Cidadania Mundial, concedido pela comunidade Bahá'í do Brasil. Na ocasião, também foram agraciadas com o Prêmio, algumas personalidades que destacaram-se na luta pelos direitos humanos, entre elas: o Deputado Federal Hélio Bicudo e "in memoriam" o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho.

O Prêmio foi um reconhecimento da trajetória de vida da companheira Gladys Floriani, uruguaia de nascimento, considerada cidadã do mundo, uma vez que teve uma vivência em diversos países latino-americanos e europeus. De pai brasileiro e mãe uruguaia, militou desde jovem em movimentos sociais, visando a construção de uma sociedade mais justa e democrática para todos. Ainda no Uruguai iniciou seus estudos de Medicina e Obstetrícia, concluindo este último em seu país.

Sofreu perseguição política em seu país, Uruguai, no início dos anos 70, quando exilou-se no Chile, durante o Governo Democrático da Unidade Popular, presidido por Salvador Allende. Ainda no Chile inseriu-se em trabalhos comunitários e de saúde, mas em função do golpe de estado de 1973 teve que deixar o país, asilando-se inicialmente no Panamá e dirigindo-se, em seguida, para a Bélgica, onde concluiu seus estudos de Medicina e permaneceu até 1980.

Retornando ao Brasil, trabalhou como Pediatra, ao mesmo tempo em que desenvolvia atividades sócio-políticas, na área da cultura e da educação para a integração latino-americana. Foi idealizadora e primeira Presidente da Casa Latino-Americana, uma instituição voltada à educação e à difusão da cultura latino-americana no Paraná, sendo inúmeras as atividades aí realizadas, desde a sua fundação em 1985.

Destacam-se entre as principais atividades, no campo da solidariedade e defesa dos direitos humanos: apoio à luta dos povos indígenas do Brasil, formação de comitês de denúncia contra a fome e de apoio à luta pela democratização do continente: Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai.

Atualmente coordena a Comissão Sócio-Cultural da Cidade de Curitiba, uma iniciativa ampla de vários segmentos representativos da cidade, com vistas a estreitar os laços culturais dos países do Cone Sul e de toda a América. Continua desenvolvendo uma série de atividades na Casa Latino-Americana, na condição de vice-Presidente desta instituição.

É autora de um método inovador de ensino da língua espanhola, com ênfase nos aspectos sócio-culturais latino-americanos e tem participado de inúmeras palestras no Brasil, Argentina e no Uruguai sobre sua experiência na organização das atividades de integração.

REQUERIMENTO Nº 2112

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando rever a decisão de descontar as horas paradas dos professores que participaram da paralisação do dia 18 próximo passado, reivindicando melhores condições de trabalho e de salário.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos da difícil situação por que passam os professores e servidores estaduais do Paraná. Assim sendo, contamos com a sensibilidade do Senhor Secretário de Estado da Educação para rever a decisão de descontar as horas paradas dos professores e servidores daquela Secretaria de Estado.

REQUERIMENTO Nº 2116

Senhor Presidente,

Essa ligação rodoviária intermunicipal, será uma nova opção de ligação entre a BR-277, e a região do Lago do Itaipu, com acesso às rodovias que chegam à Guaíra, Mato Grosso do Sul e Centro Oeste do Brasil, ao mesmo tempo que inserirá o Município de Ramilândia e uma série de distritos no processo de desenvolvimento regional.

A mesma servirá para escoamento das safras, e também para o transporte de frangos e insumos, uma vez que a COTREFAL, está instalando um frigorífico na divisa dos Municípios de Matelândia e Ramilândia.

O traçado original da ligação rodoviária depende de pequenas alterações e haverá necessidade de construção de obras de arte pesadas.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 2091

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, fazendo os seguintes questionamentos:

1 - Qual a situação que encontram-se as obras de instalação da empresa Casa Blanca Forest, na Cidade da Lapa?

2 - Qual a situação que encontram-se as obras de instalação da empresa Teka Indústria Têxtil, na Cidade de Palmeira?

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 474/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A: DOS PRODUTOS ARTESANAIS

Art. 1º - São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração artesanal as seguintes matérias-primas, seus derivados e subprodutos.

- I produtos apícolas;
- II ovos;
- III frutas;
- IV leite;
- V carnes;
- VI peixes, crustáceos e moluscos;
- VII microorganismos;
- VIII outros produtos de origem animal e vegetal.

Art. 2º - A produção artesanal de alimentos define-se pelos seguintes limites anuais:

I - até 12 (doze) toneladas para produtor individual e até 120 (cento e vinte) toneladas para grupo de produtores associados, quando os produtos forem originados de médios e

grandes animais;

II - até 12 (doze) toneladas para produtor individual e até 120 (cento e vinte) toneladas para grupos de produtores associados, quando os produtos forem originados de pequenos animais;

III - até 72.000 (setenta e dois mil) litros para produtores individuais e até 660.000 (seiscentos e sessenta mil) litros para grupo de produtores associados, quando os produtos forem originados de leite como matéria-prima;

IV - até 15 (quinze) toneladas para produtor individual ou até 120 (cento e vinte) toneladas para grupos de produtores associados, quando os produtos forem originados de peixes, crustáceos e moluscos;

V - até 05 (cinco) toneladas para produtor individual ou até 15 (quinze) toneladas para grupos de produtores associados, quando os produtos forem originados de microorganismos;

VI - até 15 (quinze) toneladas para produtor individual ou até 45 (quarenta e cinco) toneladas para grupo de produtores associados, quando os produtos forem originados de frutas;

VII - até 60 (sessenta) toneladas para produtor individual ou até 330 (trezentos e trinta) toneladas para grupo de produtores associados, quando os produtos forem originados de vegetais, exceto para conservas e produtos derivados de farinhas que será de 15 (quinze) toneladas para produtor individual e 45 (quarenta e cinco) toneladas para grupo de produtores associados.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PRODUTOS

Art. 3º - O estabelecimento processador artesanal de alimentos deverá registrar-se, no órgão municipal de agricultura e/ou abastecimento, mediante formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - requerimento dirigido à autoridade de agricultura municipal solicitando o Registro e Inspeção pelo órgão responsável;

II - documento oficial que comprove a condição de produtor rural do requerente ou do grupo de associados;

III - registro no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC ou inscrição de produtor rural na Secretaria da Fazenda Municipal ou Estadual;

IV - atestado sanitário do rebanho que vai dar origem à matéria-prima;

V - outros atestados ou exames, à critério da Divisão de Inspeção Municipal;

Art. 4º - O estabelecimento processador artesanal de alimentos manterá livro oficial onde serão registradas as informações, recomendações e visitas do órgão de inspeção municipal objetivando o controle de produção.

Único - O órgão de inspeção municipal poderá estabelecer, a seu critério, as análises rotineiras necessárias para cada produto processado sem ônus para os produtores, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar convenientes.

Art. 5º - O estabelecimento de processamento artesanal de alimentos manterá em arquivo próprio sistema de controle que permita confrontar, em qualidade e quantidade, o produto processado com o lote que lhe deu origem.

Art. 6º - Cada tipo de produto deverá ter registro de fórmula em separado junto ao órgão de inspeção municipal, sendo cada qual objeto de norma específica a ser editada pelo órgão estadual de agricultura e discutidos com os produtores.

Art. 7º - As instalações de estabelecimento processador artesanal de alimentos obedecerão preceitos mínimos de construção recomendados pelo órgão municipal de agricultura, observando aspectos como:

- I - ser composto de uma sala de preparo de armazenagem, local para recepção de matéria-prima e lavagem de equipamentos e utensílios e um banheiro/vestiário, todo este, com altura e dimensões compatíveis com a capacidade de produção e necessidades de instalação dos equipamentos;
- II - adequada aeração e luminosidade;

- III - vedação contra insetos e animais;
- IV - desinfecção de equipamentos e utensílios;
- V - adequada utilização ou eliminação de resíduos e rejeitos;
- VI - água potável encanada e sob pressão em quantidade compatível com a demanda do estabelecimento;
- VII - distância mínima de fontes de contaminação, do mal cheiro e do esgoto.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 8º - O controle sanitário dos rebanhos que geram matéria-prima para a produção artesanal de alimentos é obrigatória e deverá seguir orientação dos órgãos oficiais de assistência técnica municipal.

Parágrafo Único - Entende-se por órgãos de assistência técnica municipais as Secretarias ou Departamentos de Agricultura e/ou Abastecimento das Prefeituras, bem como as de Saúde.

Art. 9º - O Estado manterá serviço de assistência técnica e extensão rural, assegurando orientação prioritária ao micro e pequeno produtor sobre a produção, organização, comercialização e preservação dos recursos naturais;

Parágrafo Único - A orientação referida ao caput deste artigo, inclui a divulgação dos malefícios causados pelos agrotóxicos, bem como sua substituição gradativa pelos produtos orgânicos.

Art. 10 - São competentes para realizar registro e a inspeção de que trata esta lei:

- I - As Secretarias Municipais da Agricultura e da Saúde;
- II - Os Órgãos da Saúde Municipais;

Art. 11 - Os produtos de origem vegetal também são objeto de registro e inspeção, visando a garantia do controle de qualidade.

Art. 12º - O órgão de inspeção municipal poderá firmar convênios com entidades públicas ou privadas, visando a garantia do controle de qualidade dos produtos processados nos estabelecimentos abrangidos por esta Lei.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º - Os produtos deverão ser transportados armazenados em condições adequadas para preservação de sua Qualidade, independente de sua embalagem.

Art. 14 - A embalagem do produto, quando necessária, deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério da Saúde e conter todas as informações preconizadas no Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único - Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes, contendo as informações previstas no caput deste artigo.

Art. 15º - As pessoas envolvidas na manipulação e processamento de alimentos artesanais deverão:

- I - portar carteira de saúde atualizadas;
- II - usar uniformes próprios e limpos, trocados, no mínimo diariamente;
- III - usar botas impermeáveis e gorros;
- IV - não portar adornos nas mãos e pulsos;
- V - não apresentar sintomas ou afecções de doenças infecciosas, abscessos ou supurações cutâneas;
- VI - não cuspir, fumar ou realizar qualquer ato físico que de alguma maneira possa contaminar o alimento.

DAS PENALIDADES E PROIBIÇÕES

Art. 16º - A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta Lei, sujeitará o infrator às sanções seguintes:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Apreensão ou condenação dos produtos;

IV - Suspensão das atividades do estabelecimento ou sobre os produtos artesanais;

V - Interdição total ou parcial do estabelecimento;

VI - Cancelamento do Registro.

§ 1º - A aplicação das sanções de que trata este artigo serão disciplinados por regulamentação específica do órgão municipal designado como competente para realizar registro e a inspeção.

Art. 17º - Fica proibida a duplicidade de inspeção e/ou fiscalização sobre produtos artesanais registrados em município, salvo se os mesmos circularem fora do âmbito do município competente para o registro e inspeção.

Art. 18º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei idealizado para viabilizar a comercialização, beneficiamento e organização da produção artesanal para o micro e pequenos produtores, bem como para os grupos organizados em associações ou cooperativa; sob a assistência técnica estadual e sob inspeção municipal. Neste aspecto concretiza o objetivo da Constituição do Estado do Paraná, art. 159, inciso IV, conforme dispõe o art. 9º do projeto em questão. Os demais artigos estão de acordo com as legislações em vigor, Lei Estadual 10.799 de 24 de maio de 1994 e Federal 7889 de 23 de novembro de 1989.

Vale observar que o art. 7º da Lei 10.799/94, II dispõe sobre a competência do registro e a inspeção a ser realizada pelo Departamento ou Secretaria Municipal competente, a fim de realizar comércio exclusivamente municipal. Logo, o projeto segue as linhas legais e constitucionais, e sob sua égide procura disciplinar a atuação dos micro e pequenos produtores na venda, comercialização e beneficiamento de seus produtos, sem ferir a autonomia municipal e tampouco permite que o Estado a afronte.

De outro lado, também se preocupa com a saúde do consumidor, pois obriga os produtores a adoção de normas de higienização, conservação do produto levado ao público, entre outras. Vale notar que hoje a situação dos referidos produtores é caótica e preocupante, ficando sempre apreensivos com a duplicidade de fiscalização e a falta de uma melhor orientação por parte dos órgãos técnicos estaduais. Este, por sua vez, apesar de reconhecida competência profissional, não dispõe de infra-estrutura e recursos humanos suficientes para desenvolver satisfatoriamente suas atribuições.

Assim, deixando a inspeção e registro, exclusivamente à alçada municipal, cada município terá melhor controle sobre a produção e respeitará as peculiaridades locais, tão importantes para preservação dos valores culturais dos municípios.

Cumprir observar que o presente projeto de lei insere-se num contexto da realidade agrícola do Estado, que tem como principal protagonista o produtor artesanal, daí vale saber um pouco de sua história no campo.

PROJETO DE LEI Nº 475/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Recreativa Unidos do Parque, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.97.

(a) NEIVO BERALDIN.

PROJETO DE LEI Nº 476/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Passa a ser obrigatório a concessão de 50%

(cinquenta por cento) de desconto no preço de ingressos de eventos culturais e artísticos realizados em dependências pertencentes ao Governo do Estado do Paraná, para pessoas com idade superior a 50 anos.

Parágrafo Único - A comprovação da idade referida no "caput" do artigo, se fará através da carteira de identidade ou documento emitido por associação legalmente existente na área de maturidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

Nosso Estado tem hoje um número considerável de pessoas integrantes da conhecida 3ª Idade. É do domínio público que nossos aposentados, em sua maioria constituindo esta camada da 3ª Idade, não recebem um salário justo, decente e compatível com sua existência profissional, na qual pagaram sempre o necessário para um dia ter uma velhice tranqüila. Infelizmente, desmandos e má administração de nosso sistema previdenciário levaram praticamente à falência o sistema, e hoje se paga uma miserável aposentadoria. Não devemos relegar estes brasileiros do Paraná ao total abandono, impedindo-lhes acesso a atrações culturais e artísticas. Afinal o preço atual não permite que eles compareçam e participem desse tipo de eventos. Assim, estamos propondo compensar esta situação, propiciando-lhes desconto de metade do valor a ser cobrado nestes eventos artísticos ou culturais, promovidos em casas do Estado. E propomos também que não se burocratize demais a comprovação de sua condição de aposentado, integrando qualquer associação de 3ª Idade. Hoje, felizmente praticamente todos os Sindicatos de Profissionais e Associações de Classe têm se preocupado com este contingente e oferecido identidade própria, que deve ser aceita em qualquer circunstância que seja contemplada por esta Lei.

PROJETO DE LEI Nº 477/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade denominada Bom Samaritano, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(a) RENATO ADUR.

JUSTIFICATIVA:

Bom Samaritano, é uma entidade que tem por objetivo dar assistência às crianças portadoras de Paralisia Cerebral e outras deficiências. Sempre procurando realizar com muito carinho e humanidade, o Bom Samaritano tem prestado relevantes serviços à nossa comunidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 478/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do Município de Guaraniáçu ao Município de Altamira do Paraná, passando pelos Distritos de Planaltina e Santa Luzia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(a) ÉLIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação da comunidade estabelecida no segundo maior município, em extensão territorial, do oeste paranaense e o décimo quinto do Estado. Apesar de sua extensão territorial ser grande, sua receita é muito baixa. Trata-se de um município predominante agrícola.

Sob jurisdição municipal, a estrada encontra-se em

estado precário, causando prejuízo tanto aos produtores rurais quanto aos usuários em comum, que encontram dificuldades para a circulação dos produtos agrícolas e trânsito de pessoas.

A nossa reivindicação é para que a referida estrada passe à jurisdição do Estado através do DER, pois a Prefeitura deste Município não tem condições de conservá-la.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares à presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 479/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto Paranaense dos Cegos, o imóvel situado na Avenida Visconde de Guarapuava, nº 4.186, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária, sob nº 12.671, do Livro 3-D, e o imóvel situado a Rua Coronel Dulcídio, nº 919, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca de Curitiba, sob nº 54.955, do Livro 3-BA.

Parágrafo Único - Os imóveis objetos de doação de que trata a presente lei, serão utilizados exclusivamente para o funcionamento do Instituto Paranaense de Cegos, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo estes imóveis ao Patrimônio do Estado do Paraná, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de inalienabilidade e empenhorabilidade.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 23.09.97.
(a) CESAR SELEME.

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Paranaense de Cegos, entidade sem fins lucrativos, foi fundada no dia 1º de fevereiro de 1939, tendo, portanto, 58 anos de bons serviços prestados à sociedade Paranaense.

Desde sua fundação o Instituto funcionou sempre na sua sede atual, à Avenida Visconde de Guarapuava nº 4.186, onde foi construída toda a história dos cegos desta cidade de Curitiba.

A destinação do imóvel foi dada pelo saudoso interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas.

Nesses cinquenta e oito anos, o Instituto Paranaense de Cegos mostrou competência e dedicação no atendimento e cuidado aos portadores de deficiências visuais do nosso Estado e principalmente da região Sul do Brasil.

É o Instituto Paranaense de Cegos parte integrante da comunidade do bairro do Batel, pois desde os internos que ali residem, como os moradores do bairro, visitantes, transeuntes que por ali trafegam já estão plenamente acostumados com esta entidade, que vem prestando relevantes serviços ao nosso Estado do Paraná há tantos anos, sendo peça imprescindível no contexto desta importante parcela da sociedade curitibana.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que passará os imóveis onde funciona o Instituto Paranaense de Cegos para o seu patrimônio desta valorosa entidade de amparo e reabilitação de cegos.

PROJETO DE LEI Nº 480/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Judô, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.97.
(a) ANIBAL KHURY.

Apoio: Edgar Bueno.
JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Judô, fundada em 07 de outubro de 1961, tem por finalidade dirigir, difundir, defender, controlar e fiscalizar, de forma única e exclusiva a prática do judô em todo o Estado do Paraná.

Portanto, a referida entidade merece ser declarada de Utilidade Pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, ainda mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos, desenvolvendo o sentimento paranista e o civismo entre os que militam no desporto que dirige.

Sendo assim, de relevante importância a medida proposta, contamos com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra para saudar os estudantes da Universidade de Maringá, estudantes de Direito, em nome deste Poder.

O SR. JOEL COIMBRA - Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Aníbal Khury, senhores integrantes da Mesa, Senhores Deputados.

Temos a honra de receber hoje nesta Casa os estudantes de Direito da Universidade Estadual de Maringá que aqui comparecem para conhecer a Assembléia Legislativa, para conhecer o Parlamento e os Parlamentares. E nos sentimos honrados em poder receber nesta oportunidade essa delegação porque é fundamental no regime democrático a valorização da justiça e a valorização da política. A Assembléia Legislativa ela cumpre o papel de representação da população. É importante ressaltar aqui aquilo que foi dito pelo Presidente, saudoso Ulisses Guimarães, no pronunciamento histórico de promulgação da Constituição de 88 quando ressaltou que o Governo é o Executivo e o Legislativo. No regime em que vivemos muitas vezes é comum confundir a ação do Executivo, é comum o Executivo monopolizar as aparências, muitas vezes não percebemos que tudo aquilo que é feito depende da ação do Poder Legislativo, na verdade nada se realiza no Estado sem a ação do Poder Legislativo, nenhuma destinação de recursos, nenhuma medida, nada é feito sem a ação do Poder Legislativo. É por isso que neste momento, quando verificamos a presença dos estudantes de Direito, sentimo-nos confortados porque percebemos que hoje os eminentes alunos, eles tiveram uma agenda cheia: foram recebidos inicialmente pelo nosso Presidente Aníbal Khury, foram à Secretaria do Planejamento, foram ao TECPAR, vieram à Comissão de Constituição e Justiça, e estão agora neste Plenário onde poderão assistir o trabalho dos eminentes Parlamentares.

Poderíamos dizer que basicamente a ação do Poder Legislativo é: primeiro, ele centraliza o Poder Legislativo, significa, é aqui que realizamos as leis, que votamos as leis; é tudo aquilo que o Poder Executivo realiza deve ser autorizado pelo Poder Legislativo, mesmo naqueles casos onde edita decretos, ele só faz depois de uma lei maior votada aqui no Poder Legislativo. Então, primeiro ponto, o Poder Legislativo centraliza o processo legislativo no trabalho de elaboração de leis. O segundo ponto, ele defende o povo através de ações, não apenas de interesse do povo, mas de fiscalização também do Poder Executivo. Nenhum requerimento aprovado aqui no Legislativo pode ser violado, todos esses requerimentos devem ser atendidos pelo Poder Executivo. Também é função do Poder Legislativo fiscalizar os atos do Governo e as contas do Governo.

E finalmente, ele promove a representação popular, na medida em que os Parlamentares percorrem as suas bases eleitorais, ouve a população, recebe as reivindicações, e as trazem a debate nesta Casa, e, aqui elas são transformadas em leis e em programas de governo. É esta, em síntese a ação do Parlamento.

Gostaria de lembrar aos estudantes que o Poder Legislativo tem procurado também dar um maior apoio às instituições de ensino superior. Votamos, recentemente, a lei que institui o plano de cargos e salários das instituições de ensino superior, como as próprias representações afirmavam, há mais de dez anos que reivindicavam essa proposta. Também votamos a Lei 11.500, que permite a prestação de serviços, e estamos prestes a votar a lei que regulamenta o

artigo 205 e cria o Fundo Paraná Desenvolvimento, uma proposta que vai viabilizar os recursos que precisamos para a pesquisa tecnológica.

Diante disso, nossos prezados alunos, agradecemos a visita e esperamos que dessa reunião possam vocês ter então a verdadeira impressão a respeito do Parlamento. O Parlamento que representa a população. O Parlamento que se esforça para dar o melhor a toda a nossa população.

Agradecemos o Presidente Aníbal Khury e a todos os Deputados pela recepção que nos proporcionaram.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa, após as palavras do Deputado Joel Coimbra gratifica as suas palavras e quer desejar aos estudantes de Direito da Faculdade de Maringá uma estada feliz e instrutiva na Capital do Estado.

Liderada pelo Prefeito Daniel Wutzke, Presidente da Câmara Vilmar Valtter, Vereadores Norberto Pinz, Paulo Wagner, Rodrigo Fernandes e Silmar Benke. Estão em visita a esta Casa, estas pessoas que acabei de anunciar. Registro ainda a presença do ex-Prefeito de Nova Santa Rosa, Senhor Jandir Dal Moro e do Secretário de Finanças Umberto Munaro.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Horário das Lideranças: PTB, PPB, PMDB, PDT, PL, PSDB, PFL.

(Declinam)

PT, com a palavra o Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros convidados, estudantes de Direito da Universidade de Maringá, professores, é um prazer recebê-los aqui na Assembléia Legislativa, como já bem disse o nosso querido amigo, Presidente da Comissão de Justiça, o Deputado Joel Coimbra.

Subo à tribuna, hoje, para fazer um registro, porque considero a decisão tomada pelo Governo do Estado, nesse momento, foi uma das decisões mais acertadas.

Estive, pessoalmente, na quinta e na sexta-feira que passaram, junto com o Deputado Florisvaldo Fier e o Deputado Péricles na Cidade de Querência do Norte, de Loanda, de Paranaíba, e pude acompanhar o quanto está tensa toda a sociedade daquela região, em função dos conflitos de terra que existem lá.

Acho que o Governo do Estado do Paraná tem muito a contribuir para que possamos encontrar alguma solução para a Reforma Agrária, que seja uma solução negociável.

A reunião há algum tempo atrás aqui no Palácio Iguaçu, onde participaram o INCRA, os ruralistas, o MST, Promotoria Pública, a Pastoral da Terra, apontou um caminho para que os conflitos de terra no Paraná que são graves, que é um problema social, que todo povo brasileiro tem consciência disso, - de negociação para que pudessemos trilhar uma super-ação gradativa desses empates em relação às ocupações de áreas, muitas delas ocupações de áreas produtivas, o que é condenado por todos nós, e condenado por nós do Partido dos Trabalhadores. E também há alguns abusos, por parte dos fazendeiros, que, se aproveitando, ou muitas vezes tentando criar uma situação de descontrole, uma situação de confusão na sociedade paranaense. Há indícios fortes e claros que algumas ocupações de áreas, das cento e poucas áreas hoje ocupadas, no Estado do Paraná, foram e são induzidas pelos próprios fazendeiros, por motivos vagos até.

Mas não é este o eixo da discussão que deve nortear a questão do papel do Estado na solução do conflito da reforma agrária. Agora, nestes dias, tivemos a desocupação da Fazenda Saudade, que é uma propriedade que está sob júdice, que já foi objeto de uma ação da Polícia Militar, no início do Governo do Senhor Jaime Lerner, e para tristeza nossa aconteceu à noite, com pessoas encapuzadas, sem o respeito à dignidade das pessoas. Havia 60 famílias que estavam morando já há dois anos em cima da terra, na esperança, na expectativa de que a terra seja desapropriada, que seja repassada para ser agricultada por estes assentados.

Pois bem, acho que a solução vai depender de todos nós, só acho que o conflito armado não é solução, nem para o MST, nem para os fazendeiros e nem para o conjunto da sociedade. Acho que o Governo Federal tem uma parcela de responsabilidade maior do que todos nós aqui, maior do que os municípios, do que os fazendeiros, do que o MST, do que o Governo do Estado do Paraná.

Infelizmente, na minha visão, e não sou nenhum conhecedor profundo da questão da reforma agrária, mas na minha visão de leigo e que acompanha um pouco as questões do nosso País, me diz que o Governo Federal talvez seja o maior responsável pelos conflitos terem chegado ao estágio que chegaram neste País!

Tenho visto que recursos do Tesouro Nacional da poupança nacional da sociedade brasileira têm sido canalizados, nos últimos 3 anos, para diversas áreas, que muitas delas não tem nada a ver com o social, enquanto que três bilhões de reais seriam suficientes para assentar 200 mil famílias, neste País. E concordo com o que disse o ex-Ministro da Agricultura, que é do PTB, o Sr. José Eduardo Vieira: - "Se o Governo Federal tivesse vontade política liberasse os recursos, liberasse a possibilidade de pagamento das terras, através de DDA, etc., fizesse um grande convênio entre os Governos Estaduais e os municípios para que os assentados fossem assentados, desde a base, desde o município, tendo apoio logístico do Governo do Estado, do ponto de vista de infra-estrutura na Agricultura, de infra-estrutura na educação da produção e o Governo Federal entrasse com o programa principal que é o recurso para fazer a reforma agrária, o Brasil não teria conflito no campo". O Brasil teria paz no campo.

Se esta decisão tivesse sido tomada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso já há dois anos atrás, e ainda há tempo para que isso aconteça, tenho certeza que a geração de emprego, no campo, seria grande o aumento da produção, principalmente na cesta básica de nosso País teria mais que triplicado. A oferta de riqueza espalhada pelo interior de nosso País, seria muito maior, moveria o comércio. A roda da Economia são as pessoas trabalhando.

Tributo o principal responsável pelo descalabro, pelo avanço da violência no território brasileiro em função dos conflitos agrários ao Governo Federal! Acho que o Governo do Estado do Paraná pode fazer muito, mas o principal responsável é o Governo Federal!

Neste sentido quero aqui deixar claro e manifesto o aplauso que trago ao Governo do Estado do Paraná ao reverter de Querência do Norte conhecido por Bradock.

Estive lá presente, conheço o Delegado. Acho que, quanto a pessoa não tenho nada a opor ao Delegado Bradock, mas, do ponto de vista de ser um delegado para orientar a condução dos conflitos, numa região tensa como aquela, acho que o Delegado Bradock não reúne as condições psicológicas, não reúne as condições mentais, para estar à frente de um processo de negociação. Pelo contrário, acho que é um estopim, um barril de pólvora jogado no MST, jogado naquela região onde os conflitos já são bastante intensos com os fazendeiros que estão tendo as suas áreas invadidas pelos trabalhadores sem-terra, seja por motivos de serem terras que não estão produzindo absolutamente nada, muitas delas são terras que estão produzindo, mas daí vem a argumentação do MST que são terras que foram grilladas, que não têm documentação, e assim por diante.

O Sr. Florisvaldo Fier - Deputado, agora que entrou especificamente tecendo alguns comentários sobre o delegado Mário Sérgio Bradock, acho que é interessante lembrar o que foi publicado no Jornal "O Globo".

(Lê):

"Mário Sérgio Bradock, inimigo do MST". "O delegado Mário Sérgio Bradock usa duas cartuchearas cruzadas no peito e duas pistolas na cintura. Ontem em Querência do Norte, carregava 5 bombas de efeito moral e uma escopeta". Aí perguntaram a ele: "O senhor assumiu a delegacia de Querência do Norte para quebrar a hegemonia local dos sem-terra?" Diz ele: "fui convidado pelo Secretário de Segurança há 3 meses, a pedido do Governador Jaime Lerner para acabar com o controle total que o MST tinha da cidade".

Essa entrevista é continuada quando ele se identifica como sendo do ramo policial desde 1972, dizendo: "... fui do DOI/COB, do DOPS, do SNI e da Polícia Federal, tenho muito conhecimento político". Ele continua sua entrevista e mais adiante foi perguntado se ele é favorável a Reforma Agrária, ele mostra inclusive um caráter jamais ideológico, dizendo: "... não, não sou contra, todo mundo tem direito ao seu sol, mas a sombra nasceu para alguns". O que significa que ele acha que esses alguns não devem lutar pelo direito de cidadania e pelo direito à vida. Logo em seguida, ainda respondendo uma pergunta, ele disse que se sentir ameaçado pelo MST - "... encho eles de tiro primeiro, antes de qualquer coisa".

Quer dizer, um delegado que tem esse comportamento um pouco desequilibrado, essa parcialidade no seu raciocínio, não pode estar presente em nenhuma área de conflito, porque um delegado tem que ter equilíbrio e ser imparcial para conduzir todos os processos, e não já ir com idéias pré-formadas como foi Mário Sérgio Bradock lá em Querência do Norte!

O SR. ÂNGELO VANHONI - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Rosinha.

Muitas vezes nós pensamos que os problemas não são nossos, e a tendência de quem está distante dos problemas, é achar que os problemas não são nossos. Mas faço uma pergunta: "existe trabalhador que quer terra para trabalhar no interior do Paraná, no interior do Brasil?" "É preciso ter 8 alqueires e querem ficar lá no campo, plantando milho, plantando arroz, plantando feijão, criando uma vaca, criando porco, sustentando sua família. Tem, e deve ser feito o seguinte: têm terras no Paraná, no resto do Brasil, que são terras que estão sendo agricultáveis - essas terras devem ser desapropriadas? É claro que não, somente se o proprietário desejar vendê-las. Mas existem terras que o proprietário tem 5 mil alqueires e tem 100 cabeças de gado e em cima da terra. É claro que tem isso, então existe essa realidade também.

Então nesse sentido, acho que a sociedade brasileira, através dos seus Institutos através da Legislação, através do Poder Judiciário, tem que propiciar os mecanismos necessários para que os trabalhadores, para que a terra seja utilizada, do ponto de vista produtivo, e possa cumprir a sua função social, como está escrito na Constituição. O que nós não podemos admitir é que uma terra que tenha 2 mil, 5 mil alqueires e 100 cabeças de gado, para demonstrar para o povo brasileiro, para o conjunto da sociedade, que aquela terra tenha posse, ela tem alguma serventia para a sociedade. Ora, tem que chegar para o fazendeiro e perguntar: "escuta, se você não vai pôr gado em cima dela, se você só pensa em manter a terra do ponto de vista de preservar sua riqueza, porque foi uma terra que herdou do seu pai?" O Governo Federal tem o dever de colocar a disposição desse proprietário, a condição de que ele possa se desfazer dessa terra, para que ela possa cumprir a função social do ponto de vista da organização da propriedade na sociedade humana, na formação da riqueza, na formação do emprego, na formação de renda para todos nós.

É esse o papel que o Estado deve procurar cumprir. Ou o Governo do Estado, principalmente o Governo Federal, porque os Governos Estaduais não têm recursos para propiciar a Reforma Agrária e até o ponto de vista Constitucional é uma atribuição do Governo Federal, o conflito fica estabelecido. Porque os agricultores, os fazendeiros não vão se sentir tranquilos e colocar as suas propriedades, muitas delas improdutivas à disposição do processo de Reforma Agrária, porque não têm a certeza que vão receber por parte do Governo Federal aquilo que lhe é devido.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Vanhoni, é evidente que essa questão de Reforma Agrária é mais profunda do que parece ser, apenas e tão somente como uma questão da distribuição em alguns lugares da área para alguns agricultores.

Aliás nós não temos Reforma Agrária nenhuma no nosso País. Reforma Agrária tem que mexer nas relações de produção, e já em 88 na Constituição talvez a raiz do problema se encontre aí; não foi definido pelo Congresso Nacional, quando nós tivemos a Assembleia Nacional Constituinte.

tuínte nós não tivemos a possibilidade de definir o que seria a função social da propriedade. Razão pela qual, há uma discussão interminável do ponto de vista jurídico do que é uma propriedade que cumpre a sua função social e de uma propriedade que não cumpre.

Aí já começa o conflito, porque muitas vezes a opinião dos sem-terra é diferente, evidentemente da opinião do proprietário. Mas vamos especificamente com relação a questão da violência. Que aliás, me parece, que a violência está sendo localizada no campo, especificamente nos conflitos agrários, porque evidentemente há uma organização de longa data por parte dos trabalhadores rurais, e há uma resistência histórica também e circular no nosso País com relação a questão da terra.

Mas, me parece que aí, além de tirar o delegado, que acho que é uma atitude correta, porque para trabalhar com a questão social, evidentemente não pode ser alguém que só pense no cacete, cacete não resolve o problema social. E no momento do conflito é preciso que se tenha um diálogo de ambas as partes aí, para que se aja evidentemente, com alguns critérios, na manutenção da ordem e da estabilidade, para que a sociedade possa ter uma referência.

Não me parece que essa questão dos conflitos agrários, principalmente no Paraná, eu já enviei essa sugestão ao Governo Jaime Lerner. Há no Estado uma entidade, um órgão, uma Secretaria, que hoje é a Secretaria do Meio Ambiente, mas que lá dentro teria, têm ainda o Instituto de Terras e Cartografia e Florestas com pessoas que têm habilidade no trato da questão social. Que têm o trato desta área fundiária de muito tempo, aliás que têm o estudo da questão fundiária do Estado dentro desse Instituto e com pessoas que têm a capacidade e o preparo para o diálogo, principalmente com a questão do Movimento Sem Terra, que é um Movimento que está aí, e que muitas vezes extrapola a sua intenção, de conseguir evidentemente um pedaço de terra para cada trabalhador rural.

Eu acho que nós precisamos ter um canal de diálogo aberto, legítimo com a possibilidade de estabelecer alguns critérios, até para esclarecer o que V.Exa. coloca. Tem função que é exclusiva do Governo Federal. Se dizer que uma área é produtiva ou não, cabe ao Governo Federal, um laudo do Incra através de uma vistoria técnica que possa dizer se a área pode ser desapropriada ou não. Se é caso de área produtiva tem que se ter evidentemente o rigor com relação ao respeito que tem que se ter a essa propriedade. Não se pode deixar ao acaso, porque me parece que a questão da violência retrata evidentemente uma situação de instabilidade social que vive o país. Mas se agrava na questão agrária, por uma questão e longo tempo que vem se arrastando.

Então se o Governo Federal não tem uma política clara com relação a questão da Reforma Agrária, é claro que nós vamos ter o acirramento desses conflitos no campo. E o que cabe ao Estado, cabe ao Estado não só evidentemente interferir para cumprir a Lei, mas dar vazão, a possibilidade de negociação com antecedência, para que possa se evitar o conflito. Porque o conflito só existe evidentemente quando não se tem a consciência do que significa aquela propriedade.

Eu tive a oportunidade de trabalhar três anos nesse processo da reforma agrária, tinha 47 ocupações de área no Estado naquela época. E, poucas foram às vezes que a política teve que intervir.

Agora, precisa ter um canal aberto para negociação, mas precisa também ter uma referência e não se pode aceitar abuso de qualquer que seja as partes. Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Muito obrigado, Deputado Augustinho Zucchi. Vossa Excelência com o seu aparte ilustrou mais problemáticas que vive hoje o nosso país em relação à agricultura e a propriedade agrícola e os problemas decorrentes disso.

Eu não sei, não tem história de conflito agrário neste país que tenha sido precedido de ampla discussão com os canais que o Estado, que o Governo, que a sociedade construiu ao longo de qualquer processo. Não há. Onde se introduz a possibilidade da negociação; onde se introduz a dis-

cussão aberta entre os interlocutores sociais em conflitos, a possibilidade de diminuição de conflitos é cristalina. Por isso, penso que o Governo do Estado do Paraná marca um ponto importante ao remover o Delegado Braddock, e mais ainda, ao afirmar que na próxima quinta-feira vai se reunir novamente com o MST, com o INCRA, com a Comissão Pastoral da Terra, com a Córdia Metropolitana, com os Deputados, com a bancada que apoia o Governo, com os Deputados de Oposição, com os empresários do campo, com os fazendeiros, com os ruralistas para que se cultive novamente um leito próprio de negociação, onde os conflitos existentes hoje ou que porventura viesse acontecer novamente, em função dos critérios estabelecidos de comum acordo possam nortear uma ação de superação dos problemas existentes hoje no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Saúdo a cidade de Maringá. Saúdo os futuros advogados que vão defender a família brasileira do meu Estado. Mas eu venho aqui hoje, Senhor Presidente, porque aconteceu algo inacreditável aqui no Paraná.

Um trabalhador, um pai cumpridor dos seus deveres. Não é aquele que trabalha hoje para pagar o que comeu ontem. Ele ultrapassou esta barreira trabalhando, lutando e conseguiu construir a sua família; construiu o seu lar e construiu a sua empresa. Formou os filhos. E, ontem à tarde saiu ele da sua residência acompanhado do genro para buscar sua filha num estabelecimento educacional do meu Estado aqui na Capital. Estava ele dentro de uma caminhonete, Deputado Nelson Garcia, eis que chega até a porta da caminhonete duas crianças, imagino eu ter um quinze anos e o outro dezessete anos de idade, metem-lhe a máquina na cara. A máquina Senhores Deputados é o revólver calibre 38. Pedem que ele desça da caminhonete e, Deputado Nei-vo, pede o outro menor na outra porta da caminhonete no genro, Deputado Basílio. Desce os dois. E os menores disseram ao empresário: Nós vamos levar a sua caminhonete. Erro do empresário. O empresário num gesto de desespero Deputado Basílio, porque ele lutou, trabalhou, ele não roubou, não corrompeu, comprou, pagou na concessionária a caminhonete. Então ele em um segundo viu que a sua caminhonete iria embora e num gesto não translocado, num minuto como se diz na glória policial: um minuto de boabeira, pensando no passado, pensando lá atrás na sua luta para conseguir, Deputado Durval Amaral, o grampo, o vento o dinheiro. Como se diz na glória policial: o grampo, o dinheiro, o vento, para comprar a caminhonete. Ele foi até a porta e disse aos dois menores: Não levem o meu carro. Os menores meteram-lhe um tiro na cara e, ele caiu morto ao lado do seu carro. Os dois menores não levaram o carro fugiram a pé Deputado Durval, fugiram a pé Deputado Augustinho Zucchi. Correram e ali ficou o cadáver do empresário da Capital do Estado do Paraná. Ficou o cadáver do empresário caldo ensanguentado. E eu pergunto agora aos Senhores.

Se aqueles que queimaram o Índio, em Brasília foram beneficiados e já estão nas suas respectivas residências, até coçando, brincando com o Poder Judiciário, pergunto: agora, não abriu aí uma lacuna, um precedente para os menores matarem, já sabendo que lá em Brasília mataram o Índio não foram para a penitenciária, não vão cumprir? Deputado Basílio, podem votar com 15 anos, podem tirar uma carteira de habilitação com 15 anos.

Agora matam um pai de família, qual é a pena? Nenhuma. Cuspa na minha cara. Nenhuma. Não existe, eles entram dentro das nossas casas estupram as nossas famílias, rasgam a Constituição na nossa cara, e gozam o Poder Judiciário, gozam o Ministério Público.

Por isso, que eu gostaria de ver Vossa Excelência Deputado José Tavares, que está preparando e ganhando a que fez a Constituição do meu país, tem a responsabilidade de voltar à Brasília, com o poder que Deus lhe deu, Deputa-

do Tavares, de ser um grande advogado, de ser um grande tribuno, chegue em Brasília Tavares, faça com que aqueles homens lavem a cara, tirem a máscara e vamos refazer o Código Penal Brasileiro, vamos fazer, futuro Deputado Federal, Deputado José Tavares, vamos refazer a Constituição Brasileira. Bandido bom é bandido morto. Entre o bandido e a família, eu sou a família. Lugar de bandido é no cemitério. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 14/97, subscrito pelo Sr. Presidente da Subcomissão da CAE "Comissão de Assuntos Econômicos" do Senado Federal, constante do expediente, informando que em decorrência do recrudescimento da guerra fiscal entre os Estados a CAE criou uma Subcomissão Especial com intuito de examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 317/97, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira.

O SR. DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI - Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Antes, vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É Procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada 35 Srs. Deputados, há quib-

rum para votação.

Votação ao Projeto de Lei 317/97, Srs. Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. **Aprovado.**

Votos contrários das Bancadas do PT e do PSN.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/97, de autoria do Deputado Remy Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora do Centro de Educação Para Excepcionais do município de Godoy Moreira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Apreciar neste turno Emenda de Plenário, aprovada em 2ª Discussão. Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Henrique Chesneau Lenz César. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em Regime de Urgência. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Ney Amintas de Barros Braga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no DA, nº 113, de 04.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 322/97

P A R E C E R :

RELATÓRIO

De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, o presente projeto visa conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Ney Amintas de Barros Braga.

Trata-se de honraria de melhor brilho, concedida aos homens de bem que prestam serviços à comunidade e ao Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

A concessão de título de benemerência de cidadania honorária paranaense está disposto na Lei 5.638 de 13 de setembro de 1967.

No Art 1º, do dispositivo legal retro, extraímos que:

Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de

título de benemerência e cidadania honorária paranaense:

I - Desempenho com denodo da função pública;

II - Contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - Ação em favor de obras de relevante valor social, e

IV - Participação ativa na defesa de postulados democráticos e instituições brasileiras.

Outrossim, melhor especificando a fundamentação legal do presente projeto, dos preceitos constitucionais do Estado do Paraná, nada encontramos no seu impedimento.

CONCLUSÃO

Pelo exposto retro e acatando a biografia do ilustre homenageado relatada na justificativa do projeto em epígrafe, não há nenhum óbice constitucional ou legal que impeça sua normal tramitação, já que amparada.

Desta forma, somos pelo parecer favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
WALMOR TRENTINI - Relator.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual, Atílio Codato do município de Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

(Publ. no DA nº 140, de 04.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 423/97

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Atílio Codato do município de Cambé-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

ORLANDO PESSUTI - Relator.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Risoleta Neves, com sede e foro no município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.**

(Publ. no DA nº 142, de 09.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 434/97

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa declarar de Utilidade Pública a Creche Risoleta Neves, com sede e foro no município de Umuarama.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

CARLOS SIMÕES - Relator.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 142, de 09.09.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 435/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis. Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antônio de Caiuá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 142, de 09.09.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 436/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Santo Antônio de Caiuá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/97, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Piquiri, com sede e foro no Município de Alto Piquiri. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 142, de 09.09.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 437/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, visa declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Piquiri, com sede e foro no Município de Alto Piquiri.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, no Município de Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 143, de 10.09.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 441/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2087 e 2088, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2089, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2090, de autoria dos Senhores Deputados Antonio Annibelli e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2091, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 2092, 2110 e 2111, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente.

diente, **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2093 e 2094, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2096, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2099, de autoria do Senhor Deputado Techy Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2101 a 2104, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2105, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2107, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo e Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2105, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2114 e 2115, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2116, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2117, de autoria do Senhor Deputado

do Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-J3, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 447, 557 e 562/96 e 036/97.

Marco ainda uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 322, 423, 434, 435, 436, 437 e 441/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 244, 272, 369, 370 e 412/97.

Levanta-se a sessão.